

# Clube aguarda sinal verde

Só depois de receber a luz verde do Fundo Monetário Internacional é que o Brasil poderá retomar as negociações para solagem da dívida que tem para com as instituições reunidas no Clube de Paris, informou ontem o coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar. As dívidas para com o Clube de Paris que estão em pauta somam US\$ 6 bilhões, vencendo até 1991.

Alencar anunciou também que o Brasil vai reiterar sua posição favorável a uma discussão separada e independente para o comércio de serviços, durante a reunião do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, GATT, prevista para os dias 17 e 18 de julho, em Genebra.

O Brasil e demais países do Terceiro Mundo defendem a posição de que o GATT não é o organismo para análise de questão do comércio de serviços, ao contrário de linha sustentada pelos Estados Unidos, Canadá e Japão. Alencar observou que o governo brasileiro acredita que é indispensável agilizar as negociações junto ao GATT com relação à remoção de barreiras ao comércio internacional.

A questão sobre o comércio de serviços já vem há longo tempo, desde a década de 70, mas acentuou-se a partir de 82 e 83, especialmente quando da visita do presidente Reagan ao Japão, quando foi lançada a idéia de uma rodada, no âmbito do GATT, sobre o problema.

Em documento da Comunidade Econômica Européia, que engloba 10 países, há uma enfa-

se quanto à necessidade de conter as barreiras protecionistas no comércio de bens, afirmou Alencar. Entretanto, a CEE, no mesmo documento elaborado em 85, não traça objeções quanto às negociações sobre serviços na esfera do GATT.

Atualmente, os serviços têm um peso de 40 por cento no comércio internacional, abrangendo companhias de seguros, bancos, empresas de engenharia, consultoria, entre outros. "É um setor fortemente dominado pelos países industrializados", lembrou Alencar "além de apresentar um desenvolvimento crescente".

Todos os países em desenvolvimento defendem a necessidade de liberalização do comércio. Nos últimos anos, de acordo com Alencar, as regras para o comércio internacional estabelecidas pelo GATT, especialmente com relação às salvaguardas, não estão sendo observadas por diversos países, principalmente pelos industrializados.

Alencar destacou que baseada na proposta de livre comércio no setor de serviços, algumas áreas vitais da economia nacional, como bancos e transporte de cabotagem, poderiam ser abertos ao capital estrangeiro. Além disso, disse que a insistência dos países em desenvolvimento com relação à questão de que o GATT não é o fórum ideal para o debate do comércio de serviços está ligada também à necessidade de obtenção de superávits na balança comercial, especialmente diante da crise econômica que avasta o Terceiro Mundo.